

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 17 | Nº 50 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.10642636>



EDUCAÇÃO COMO REPRODUÇÃO: ANTECIPAÇÕES DE ÁLVARO VIEIRA PINTO A ALTHUSSER

Alcir Luciany Lopes Martins¹

Marcos Britto Corrêa²

Liliana Soares Ferreira³

Resumo

Este ensaio tematiza a função social da educação na perspectiva crítico-reprodutivista presente nas obras de Álvaro Vieira Pinto e Louis Althusser. Como objetivo geral, buscou-se compreender e avaliar a concepção dos autores sobre a função social da educação formal na sociedade de classes. Realizou-se uma pesquisa qualitativa que incluiu estudo bibliográfico com ênfase na leitura comparada das obras “*A Questão da Universidade*”, escrita no Brasil, em 1961, e “*Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*”, publicada na França, em 1970. Para a sistematização e análise dos dados, recorreu-se ao aporte teórico-metodológico da Análise dos Movimentos de Sentidos (AMS), pelo qual produziu-se a síntese na forma deste texto. Com apoio de bibliografia complementar, foram produzidos dados evidenciando aproximações e similaridades entre as obras dos autores destacados. Por fim, diante da análise das obras, destacou-se a originalidade de Álvaro Vieira Pinto, antecipando aspectos fundamentais das Teorias da Reprodução, cerca de uma década antes da consagrada obra de Louis Althusser chegar ao público. Concluiu-se pela importância de resgatar a obra de Álvaro Vieira Pinto, autor ainda pouco difundido no país. Este ensaio contribuiu para o reconhecimento do filósofo brasileiro além de apontar direções promissoras para futuras investigações no âmbito da educação formal. Propõe-se alargar a compreensão sobre a perspectiva crítico-reprodutivista, entendida como matriz indispensável, ainda que não suficiente, para pensar a educação em geral e a escola, em particular.

Palavras-chave: Aparelhos Ideológicos; Ideologia; Reprodução; Universidade.

Abstract

This study discusses the social function of education from the critical-reproductive perspective found in the works of Álvaro Vieira Pinto and Louis Althusser. The aim of this article is to comprehend and assess the authors' conception of the social function of formal education in a class-based society. For that, a qualitative research approach was employed, conducting a bibliographic study with a focus on the comparative analysis of two works: “*A Questão da Universidade*” written in Brazil in 1961, and “*Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*,” published in France in 1970. To systematize and analyze the data, the theoretical-methodological framework of Analysis of the Movements of Senses (AMS) was employed, resulting in the synthesis presented in this text. With the support of additional bibliography, data was produced, highlighting similarities and connections among the works of the featured authors. In the research results, Álvaro Vieira Pinto's originality was evident, even compared to the germinal work of Louis Althusser. The Brazilian philosopher's work anticipates fundamental aspects of Reproduction Theories approximately a decade before Althusser's acclaimed work was published. It is concluded that it is important to know and update Álvaro Vieira Pinto's work is crucial, as he remains relatively understudied in the country. This work contributed to the recognition of the Brazilian philosopher in addition to pointing out promising directions for future investigations within the scope of formal education. Moreover, this essay suggests expanding the understanding of the critical-reproductive perspective, considering it an indispensable, albeit not sufficient, framework for contemplating education in general and schools in particular.

Keywords: Ideology; Ideological Apparatus; Reproduction; University.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: alcir.martins@ufsm.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: marcoscorrea.filosofia@gmail.com

³ Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Educação. E-mail: anailiferreira@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

Atravessado por distintos modos de pensar a escola, o debate sobre a função que ela desempenha na sociedade é fundamental para o campo da pesquisa em educação. Incide tanto na elaboração das políticas públicas e diretrizes dos sistemas de ensino, quanto na organização e no funcionamento de cada escola, com implicações no trabalho pedagógico realizado nos espaços de aula.

Na esteira das promessas da modernidade, a partir do século XVIII, surge a concepção de educação como direito a efetivar-se por uma escola universal. Nesta perspectiva, a educação formal deve promover a igualdade através da garantia do acesso aos conhecimentos socialmente produzidos, para toda a sociedade, sem distinções. Às escolas e aos sistemas de ensino caberia, ainda, educar para a cidadania; formar para o trabalho e promover as bases para o desenvolvimento sócio-econômico, em um ambiente de democracia e justiça. A partir de uma abordagem crítica, para além de meros *bons desejos*, tais atributos e expectativas lançadas sobre a escola, servem para escamotear a verdadeira função da educação nas sociedades cindidas em classes.

Pela abrangência e relevância desta discussão, justifica-se o tema da função social da educação formal, abordado neste texto desde a perspectiva presente nas obras "*A Questão da Universidade*", de Álvaro Vieira Pinto escrita no Brasil, em 1961, e "*Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*", publicada na França, em 1970, por Louis Althusser.

O objetivo deste estudo foi compreender e avaliar a concepção de educação formal formulada por Álvaro Vieira Pinto e Louis Althusser. Desta maneira, buscou-se evidenciar aproximações entre a perspectiva dos autores sobre a educação formal e a função cumprida pelas instituições escolares na sociedade.

Para isso realizou-se uma pesquisa qualitativa que resultou na produção deste ensaio. Aplicou-se estudo bibliográfico enfatizando a leitura comparada das obras "*A Questão da Universidade*" e "*Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*". Apesar de ser pouco provável que os autores tenham tido contato ou exercido qualquer influência um sobre o outro, o exame minucioso de suas elaborações com apoio de bibliografia complementar, permitiu cotejar similaridades entre suas abordagens acerca da educação formal.

Com aporte teórico-metodológico da Análise dos Movimentos de Sentidos (AMS), foram produzidos dados evidenciando aproximações entre as obras dos autores destacados. Concomitantemente às leituras, excertos dos textos foram selecionados, analisados e comparados. Neste segundo momento, destacaram-se categorias que orientaram o desenvolvimento da argumentação. Por



fim, produziu-se a síntese na forma deste texto com o objetivo de relacionar os autores entre si, seus períodos históricos e enfatizar a originalidade dos escritos de Álvaro Vieira Pinto.

O presente texto conta com esta *Introdução*, apresentando o tema e o enfoque da discussão desenvolvida. Informa também o objetivo da pesquisa, as referências selecionadas como *locus* da análise e os procedimentos metodológicos que sustentam a realização do estudo.

A seção seguinte ocupa-se da apresentação da AMS e sua aplicação para a produção e análise de dados no presente estudo.

Na terceira parte do texto, “*As teorias da reprodução e seu tempo*”, apresenta-se o contexto histórico em que foram produzidas as obras e teorias em tela.

Em seguida, a seção “*Althusser e os aparelhos ideológicos de estado*”, reúne apontamentos teóricos e biográficos sobre o filósofo francês. Da mesma forma, a seção intitulada “*A questão da universidade como ‘aparelho de domínio social’*” descreve e caracteriza a obra de Álvaro Vieira Pinto, cotejando com informações da trajetória do autor. Em “*Álvaro Vieira Pinto e Althusser: aproximações e correspondências*” apresenta-se a análise dos dados obtidos a partir de estudo bibliográfico, demonstrando resultados e sentidos produzidos no desenvolvimento da pesquisa. Ainda nesta seção, indicam-se aproximações, similaridades e diferenças entre as obras selecionadas para a leitura comparativa. Por fim, nas *Considerações Finais*, estão descritas algumas conclusões e inferências que surgiram ao longo do estudo.

Com vistas à sequência da leitura, indicam-se duas questões que suscitaram a produção deste texto. Primeiro, a necessidade de romper definitivamente com o abandono da obra de Álvaro Vieira Pinto. Negligência imposta também a grande parte dos intelectuais que participaram do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB (LOVATTO, 2010) e que mantém no ostracismo, longe do debate público, importantes trabalhos do pensamento crítico nacional (WASSERMAN, 2017). Em seguida, em razão da segunda questão, defende-se a atualidade da perspectiva crítico-reprodutivista como matriz indispensável, ainda que não suficiente, para pensar a escola e a Educação nos dias de hoje.

ANÁLISE DOS MOVIMENTOS DE SENTIDOS: DISCURSO, CONTEXTO E A PERSPECTIVA DIALÉTICA

A discussão sobre o papel da educação a partir das perspectivas de Álvaro Vieira Pinto e de Louis Althusser remete a uma matriz teórica em comum, qual seja: o marxismo. A escrita deste texto é provocada a partir de referenciais no âmbito do Materialismo Histórico-Dialético (MHD).



Definido o *corpus* da pesquisa, passou-se ao efetivo empreendimento analítico. Para a produção e análise dos dados, buscou-se aproximação a uma análise do discurso, tendo como referência fundamental a proposta de Análise dos Movimentos de Sentidos (AMS). Como resposta à necessidade de evidenciar uma base dialética para a produção e análise de dados no âmbito da pesquisa em educação, a AMS toma o discurso como produto da historicidade dos sujeitos, e nesta perspectiva:

A análise do discurso implica considerar uma categoria fundamental da dialética, que é a totalidade. Ao considerá-la, pode-se partir do suposto de que só se compreende o discurso nas relações que o determinam, na materialidade que o produziu, nas quais se manifestam interesses de classes fundamentais no processo de produção discursiva. Nesse sentido, objetivar-se-á deslindar o discurso dominante, as produções de consenso e as determinações, desconstruindo aparências, mediante a recomposição dos sentidos dos movimentos históricos, para finalmente atingir a essência, por meio do movimento sincrônico entre empiria e teoria (FERREIRA, 2020, p.13).

A proposta da AMS, opera num permanente ir e vir aos textos, de modo a comparar, organizar, cotejar e sistematizar os discursos com o apoio de instrumentos diversos, dentre os quais deve-se transitar de modo dinâmico entre a) aprofundar a leitura para buscar e evidenciar os sentidos do texto; b) construir sínteses que expressem as semelhanças, diferenças, aproximações e conflitos entre os sentidos, ao passo em que se tornam significados e; c) sistematizar elaborando argumentação sobre as sínteses descobertas nos momentos anteriores, construindo assim outro(s) sentido(s) possíveis.

Na etapa de leitura comparada, extraiu-se um conjunto de excertos para cotejamento e análise dos autores nas obras selecionadas. Desta forma, orientou-se o desenvolvimento da síntese apresentada aqui, na forma deste texto, evidenciando aproximações conceituais e discursivas entre as obras e autores, conforme relatado nas próximas seções deste ensaio,

AS TEORIAS DA REPRODUÇÃO E SEU TEMPO

As agitações culturais e políticas do final dos anos 1960, na França, apontaram para um conjunto de questionamentos à sociedade sobre suas estruturas de reprodução e perpetuação que corresponderam a um momento em que diferentes movimentos políticos agitavam a sociedade capitalista. Assim como boa parte dos países de capitalismo central no hemisfério norte, a França vivia a fase final dos chamados “Trinta Gloriosos”, que foram cerca de três décadas de euforia e prosperidade econômica no pós-guerra, aproximadamente entre 1945 e 1975, que então começavam a dar sinais de esgotamento.

A expansão da rede de escolas naquele país, com a explosão da quantidade de matrículas em todos os níveis de ensino, foi registrada e acompanhada por diversos relatórios e levantamentos, gerando



dados empíricos sobre a educação francesa. O Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED), criado pelo governo francês em outubro de 1945, constituiu a escola como objeto de estudos empíricos rigorosos e detalhados. Os estudos longitudinais, desenvolvidos pelo INED, de 1962 a 1972, acompanharam um mesmo grupo de estudantes desde a 4ª série, levantando elementos e questões relativas às desigualdades educacionais. Paralelamente, a consolidação da demografia escolar francesa ofereceu abundante manancial de informações e uma considerável densidade de dados para as análises da sociologia francesa. Os relatórios demonstravam que, mesmo em um contexto de ampliação e democratização do acesso à escola, mantinham-se consideráveis desigualdades educacionais. Revelou-se necessário um empenho analítico com capacidade de compreender e explicar a reprodução dessas desigualdades.

Nesse período, no qual o “Maio de 1968” constituiu-se na propaganda contra o “totalitarismo”, tomado a contento pela via capitalista na disputa contra a União Soviética, serviu como meio de hegemonizar o campo liberal. Tal momento de efervescência política não esteve resumido à Europa; no Brasil, a Ditadura Civil-Militar se tornava ainda mais fechada com o Ato Institucional nº 5; no México, em meio a crescentes manifestações políticas, aconteceu o conhecido Massacre de Tlatelolco, deixando mais de 300 mortos pelo governo daquele país. É possível afirmar que o calor político deu o tom teórico para um conjunto de estudos que estabeleceram a crítica ao modelo dominante de educação formal não apenas na França, mas, em conjunto, apontavam, então, a educação formal e os sistemas educativos como elementos de reprodução das estruturas e desigualdades sociais. Neste contexto, portanto, como destacam, Gisela Catanzaro e Natalia Romé (2021, p. 264), “se plasma en un discurso anarquizante de la rebelión y la revuelta contra el poder en general” que potencializa de forma singular a crítica aos sistemas de ensino.

É neste período que ocorre a publicação de análises que compuseram a base inaugural das Teorias da Reprodução. A título de descrição destas teorias, pode-se afirmar que, fundamentalmente, propunham que era impossível ou ineficaz qualquer tentativa de análise e compreensão da escola que não considerasse as relações sociais e a estrutura econômica que condicionam a Educação, tomando a escola como parte destacada para a reprodução social. A Educação assumiria, como sua função precípua, a reprodução das estruturas e relações da sociedade.

Para Young (2007), as Teorias da Reprodução, em suma, concebiam que “[...] o papel primordial das escolas nas sociedades capitalistas era o de ensinar à classe trabalhadora qual era o seu lugar” (2007, p. 1289) e, portanto, reproduzir as desigualdades de classe. Nestes termos, os teóricos da reprodução estabelecem parâmetros, critérios e categorias específicas para pensar sobre a escola. Suas abordagens teóricas repercutem e ganham alcance significativo a partir de então.



Até mesmo no Brasil dos anos 1970, onde as reformas educacionais eram suportes de uma ditadura civil-militar submissa a prescrições externas e o tecnicismo grassava como modelo pedagógico para todos os níveis de ensino, o tema da reprodução foi presente. No período, verificou-se a presença desta perspectiva crítica produzindo alguns estudos de fôlego e rigor, valendo-se do instrumental teórico e analítico das Teorias da Reprodução, aqui chamadas de Teorias Crítico-Reprodutivistas por Dermeval Saviani, em *Escola e Democracia* (SAVIANI, 1995).

Por sua vez, na obra *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*, Dermeval Saviani (2019) expõe quais eram os autores e obras principais na perspectiva crítico-reprodutivista. Como já indicado, tal denominação foi outorgada pelo próprio Saviani, em seu clássico *Escola e Democracia*, de 1983. Basicamente, esta nomenclatura indicava a principal e mais genérica crítica dirigida ao conjunto das Teorias da Reprodução: a de que, apesar de críticas, estas teorias não alcançariam além de uma descrição das escolas, tampouco ofereciam uma proposição que permitisse intervir ou romper com a reprodução social e, por isso, geravam imobilismo e frustração, quando muito.

As Teorias da Reprodução, desenvolvidas na França, a partir do final dos anos 1960 e consolidadas na década seguinte, mantêm considerável influência teórica nos modos de pensar a escola e nas pesquisas em Educação até os dias de hoje. É recorrente a discussão sobre os fundamentos da Educação estarem assentados como princípios para reproduzir a dinâmica social em suas desigualdades, relegando a instituições escolares uma função puramente caudatária em tal dinâmica. De outra forma, há abordagens que, ao ampliar os limites e críticas ao determinismo das Teorias da Reprodução, relegam à educação formal, relativa autonomia na dinâmica social, descrevendo as instituições escolares como importante vetor político para a mudança da sociedade.

No cerne das Teorias da Reprodução, está o trabalho do franco-argelino Louis Althusser. Em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, publicada em 1970, encontra-se um dos fundamentos basilares da Teoria, a saber: a categoria “aparelhos ideológicos de Estado (AIE)”, tendo a escola - ou o aparelho ideológico escolar - como uma das principais instituições de dominação e controle social.

Considerando direcionamentos e limites da proposta do presente texto, sumariamente, indica-se a trinca inaugural das Teorias da Reprodução. Saviani (2019) aponta os fundamentos do crítico-reprodutivismo, pautados em três principais referências: a escola como aparelho ideológico de Estado (Louis Althusser), o sistema de ensino como violência simbólica (Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron) e a teoria da escola dualista (Christian Baudelot e Roger Establet) (SAVIANI, 2019, p.463):

- Althusser, em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, de 1970, descreveu a categoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado e, entre estes, o aparelho ideológico escolar (ALTHUSSER, 1980);



- Bourdieu e Passeron, na obra *A Reprodução*, publicada em 1970, descreveram o ensino como um sistema arbitrário pelo qual a cultura das classes dominantes é imposta aos grupos ou classes dominadas, exercendo uma violência simbólica permanente que reproduz a subordinação de uma classe à outra;
- A terceira indicação refere-se ao caráter dualista da escola. Em 1971, Christian Baudelot e Roger Establet publicaram *A escola capitalista na França* e descrevem a escola como uma estrutura dual, na qual a inculcação da ideologia burguesa (dominante) reforça o desprezo pela ideologia de classes ou grupos subalternos. Ato contínuo, esta escola acaba por oferecer formações e trajetórias distintas aos estudantes de diferentes classes ou grupos, distinguindo assim a cultura e o conhecimento de quem comandará a sociedade das habilidades e técnicas - tidas como menores - oferecidas a quem deverá viver do seu trabalho dentro das relações sociais capitalistas.

Acrescenta-se um exemplo da recepção das Teorias da Reprodução fora da França. Em 1977, os economistas estadunidenses Samuel Bowles e Herbert Gintis escreveram *Schooling in the Capitalist America*, (A Escola na América Capitalista, tradução dos autores), ainda sem edição no Brasil. Ampliando a aplicação de métodos quantitativos, os pesquisadores descreveram o sistema de educação de seu país, em termos de controle ideológico que garantiria a reprodução social. Esta obra, por vezes, é citada junto ao rol fundamental de obras da perspectiva crítico-reprodutivista.

Tendo por base a exposição acima, descrevendo o debate produzido sobre o tema da Reprodução desde os autores franceses em seu tempo, com destaque ao contexto em que surgiram os trabalhos de Louis Althusser, na década seguinte ao realizado por Álvaro Vieira Pinto, parte-se, na seção a seguir, para a apresentação da categoria de Aparelhos Ideológicos de Estado. A argumentação produzida até o momento e na seção seguinte objetiva abordar a discussão produzida por Althusser para, logo, destacar a originalidade do autor brasileiro em sua abordagem sobre o tema.

ALTHUSSER E OS APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO

Como já mencionado, o desenvolvimento do instrumental teórico-metodológico que sustenta as Teorias da Reprodução se deu em um contexto de efervescência política, mobilizações sociais e intensos debates teóricos. As obras referenciais, que inauguraram a perspectiva crítico-reprodutivista, ganharam público em um espaço de tempo relativamente próximo, e seus autores refletiram, debateram e elaboraram simultaneamente ou mesmo em interlocução. Ainda assim, aponta-se que Louis Althusser e seu livro *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1970) assumiram um caráter fundante para as Teorias da Reprodução.

Destacado pensador marxista de seu tempo, mas com influência contemporânea, inclusive na América Latina, como mostra Jaime Ortega Reyna (2019) sobre os casos de Colômbia e Venezuela, Althusser propôs uma severa crítica ao economicismo e ao humanismo predominantes nas leituras da



obra de Karl Marx (1818 – 1883) naquele período. As publicações de *Por Marx e Ler o Capital*, em 1965, consolidam sua eminência no debate teórico e filosófico, com incidências tanto no ambiente acadêmico quanto político. Estabeleceu uma periodização distinguindo a juventude e a maturidade de Marx, indicando algumas rupturas com a obra marxiana. Para fins desta exposição, descreve-se a elaboração althusseriana acerca da ideologia, em que o francês buscou desenvolver uma “teoria da ideologia em geral”, contrapondo-se, em certa medida, aos escritos de Karl Marx sobre o tema.

Ao longo da década de 1960, Althusser dedicou-se à questão da ideologia, desenvolvendo uma análise que culminou com a elaboração da categoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). O livro *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1980), tornava público um registro parcial de estudos em desenvolvimento pelo autor. O próprio Althusser fez questão de sublinhar esta característica ao subtítular o texto como “Notas para uma investigação”, indicando o caráter provisório - ainda que bastante desenvolvido - daquele conteúdo.

Althusser retoma a noção de ideologia expressa nos escritos da juventude de Karl Marx, pelos quais, a ideologia seria “[...] o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1980. p. 69). Na crítica althusseriana, a formulação marxiana padecia de resquícios do Positivismo, considerando a ideologia como mera ilusão, manifestação onírica, resultante da imaginação. Segue Althusser afirmando que, para Marx, a ideologia é “puro sonho, vazio e vão” que provém de reflexos da vida concreta na qual homens e mulheres produzem sua existência material (ALTHUSSER, 1980. p. 73). Sobre a fonte geradora da ideologia em Marx, arremata o francês dizendo que ela surge da “única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos, materiais” (ALTHUSSER, 1980. p. 73). Dito desta forma, em Marx, a ideologia seria um reflexo da vida concreta que, no caso da sociedade burguesa, reúne um conjunto de condições alienantes e, em consequência, é uma ideologia alienada. Quanto às definições de Marx sobre ideologia, Althusser (1980, p. 80) assevera que “tomam portanto à letra a tese que pressupõem, e em que repousam, a saber, que o que é reflectido na representação imaginária do mundo, presente numa ideologia, são as condições de existência dos homens, isto é, o seu mundo real”.

Em seguida, propõe uma impactante contraposição pela qual afirma que:

Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos, com as relações reais em que vivem. Sendo assim, a questão da “causa” da deformação imaginária das relações reais na ideologia, cai por terra, e deve ser substituída por uma outra questão: porque é que a representação dada aos indivíduos da sua relação (individual) com as relações sociais que governam as suas, condições de existência e a sua vida, coletiva e individual, é necessariamente imaginária? E qual é a natureza deste imaginário? (ALTHUSSER, 1980, p. 82).



As proposições althusserianas, fundantes da perspectiva crítico-reprodutivista, apontam para uma distinção ao nível operatório das ideologias, percebendo sua existência material através da interpelação dos sujeitos e, desta forma, desdobrando-se pela operacionalização de estruturas concretas que avançam para a percepção da ideologia para além do âmbito das justificativas e prescrições do imaginário ou das ideias, para um ato histórico permanente: a luta de classes. As ideias - ou a ideologia - de cada sujeito deveria necessariamente materializar-se em atos, ou seja, em cada sujeito:

[...] a existência das ideias da sua crença é material por que as suas ideias são actos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que revelam as ideias desse sujeito (ALTHUSSER, 1980. p. 88-89).

Reaproximando-se de Marx, Althusser partilha da concepção de Estado como aparelho repressivo que, em essência, deve organizar e manter a dominação de uma classe sobre outras em cada determinada formação social e econômica. Na elaboração marxiana clássica, Aparelho de Estado (AE) remete à burocracia de governo e à gestão da violência oficial (exércitos, polícias, prisões, tribunais, entre outros). Althusser dirá que estes são Aparelhos Repressivos do Estado, com funcionamento basicamente pela aplicação da força e da coação. O refinamento teórico althusseriano avança para a descrição de um conjunto de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Sumariamente, os AIE são os seguintes: AIE religioso (igrejas, mitologias, crenças religiosas); AIE escolar (escolas de diferentes níveis de ensino, públicas e privadas); AIE familiar (vínculos de parentesco e organização da vida doméstica); AIE jurídico (legislação e regramentos em geral); AIE sindical (institucionalização controlada da luta de classes); AIE de informação (imprensa e meios de comunicação, em geral) e AIE cultural (artes, entretenimento, esportes, eventos culturais).

Então, seria possível afirmar que a distinção entre o Aparelho de Estado e os aparelhos ideológicos reside no uso da violência o que aproxima sua argumentação para as a discussão sobre a função das instituições escolares. Ou seja, “el sistema escolar reproduce la ideología porque ésta se realiza como un conjunto de prácticas determinadas, que tienen lugar en el contexto de Aparatos de Estado determinados” (STEIMBERG, 2020, p. 116) Neste sentido, cumpre evidenciar o destaque concedido à Educação, na perspectiva althusseriana, pois segundo o autor:

[...] o Aparelho Ideológico de Estado que foi colocado em posição dominante nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classes política e ideológica contra o antigo Aparelho Ideológico de Estado dominante, é o Aparelho Ideológico escolar. (ALTHUSSER, 1980. p. 60)



O destaque dado por Althusser ao aparelho escolar é algo secundário em meio a sua argumentação, dado ser um AIE em meio a outros, com singular importância, assim como os demais. Contudo, como evidencia o recente trabalho de David I. Backer, pelo estruturalismo e pela crítica à esquerda, Althusser criou uma pedagogia própria, crítica, apesar de algo relativamente secundário em sua obra (BACKER, 2022, p. 178). É secundário, no sentido de o autor não explorar de forma detida as possíveis implicações de suas teses sobre a função da educação formal. Para ele, a potência e alcance silenciosos do aparelho escolar, disciplinando as crianças desde a infância, formando e chancelando diferentes funções e posições para toda a sociedade, realizando tal feito diariamente, por várias horas, ao longo de um bom punhado de anos é aspecto central para a reprodução da sociedade. Neste sentido, sua referência à escola não passou despercebida por estudiosos da área, tornando-se objeto de pesquisa e larga discussão como já mencionado.

Toda a argumentação, até este momento do texto, evidenciou o surgimento do debate hegemônico sobre o caráter da educação formal para as Teorias da Reprodução, com especial enfoque ao trabalho de Louis Althusser sobre o tema. Contudo, dado o fato de serem as contradições do capitalismo mais agudas em economias subdesenvolvidas e dependentes (MARINI, 2017), é possível compreender que tenham surgido, antes do centro capitalista, discussões potentes sobre o caráter reprodutivo da educação formal na periferia do modo de produção. Nesse sentido, mas sem possibilidade de aprofundar a discussão, o caráter de classe da educação formal já havia sido abordado criticamente no Brasil, por exemplo, desde 1905, por Manoel Bomfim ou, então, em 1958, por Alberto Guerreiro Ramos. Na esteira da originalidade brasileira, está o trabalho de Álvaro Vieira Pinto, abordado na seção seguinte.

A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE COMO “APARELHO DE DOMÍNIO SOCIAL”

O início da década de 1960 também foi caracterizado por uma série de agitações e mudanças na sociedade brasileira. Se, como se viu, no contexto francês, houve transformações nas dinâmicas econômico-sociais internas daquele país, implicando na demanda de ampliação do sistema educacional e no surgimento de órgãos e institutos de pesquisas que ofereciam elementos para diversas análises e intervenções no debate e na realidade. No Brasil reuniram-se condições similares, mas, obviamente, com as especificidades concretas de sua realidade e formação social.

O processo de industrialização brasileiro, intensificado entre as décadas de 1930 e 1960, impactou fortemente a população do país. De uma economia de matriz essencialmente agrária, o Brasil viu a aceleração do êxodo rural, deslocando numerosas populações do interior para os centros urbanos



do país, ao passo que a industrialização se concentrou, sobretudo, em algumas regiões metropolitanas e em alguns poucos enclaves regionais.

Na década de 1960, a quantidade de brasileiros nas áreas urbanas finalmente ultrapassou a dos que ocupavam as zonas rurais do país. O Censo de 1970 aferiu que mais de 55% da população brasileira residia nas cidades. Neste cenário de importantes modificações na sociedade brasileira, cresceu a demanda por serviços públicos, como a educação, fazendo surgir uma forte demanda pela ampliação da oferta de ensino, entre outras questões.

Novas dinâmicas econômico-sociais trouxeram à tona novos debates e interlocutores. No acalorado debate público, as reivindicações das massas reverberaram em um ambiente de tensões que acabou sequestrado pela imposição do Golpe Cívico-Militar de 1964. Recuando para o início da década de 1960, o Brasil situava-se em um momento pré-revolucionário, conforme caracteriza Dermeval Saviani, na apresentação da 2ª edição do livro *A Questão da Universidade*, escrito por Álvaro Vieira Pinto, em 1961.

Em meio às mudanças e à efervescência política daqueles anos, os intelectuais vinculados às demandas da classe trabalhadora passaram a ecoar em seus estudos os clamores por reformas de base na sociedade brasileira. Ganhava espaço o debate sobre a reforma universitária. As críticas ao ensino superior e a necessidade de reforma da universidade surgem como questões relevantes.

Neste contexto, a adesão de importantes intelectuais ao debate posto na época é visível na coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, produzida pelo ISEB, do qual o próprio Álvaro Vieira Pinto fez parte, escrevendo o Volume 4, *Por que os ricos não fazem greve?* Junto a ele, Theotônio do Santos (assinado como Theotônio Júnior); Franklin de Oliveira; Nelson Werneck Sodré (LOVATTO, 2010) e outros, participaram da coleção ao elaborar teoricamente temas prementes da política nacional. Ou seja, havia no Brasil um campo fértil para a crítica e obviamente a educação formal não deixaria de ser também posta a ela.

Posicionando-se quanto às discussões do período, Álvaro Vieira Pinto reuniu, a pedido da União Nacional dos Estudantes (UNE), um conjunto de apontamentos sobre a reforma universitária. Em linhas gerais, o autor considerava que o sistema da universidade não estava articulado de modo a oferecer a toda população brasileira oportunidade de educação superior. As massas trabalhadoras eram privadas das contribuições desse ensino ou, quando tinham acesso, acabavam sendo cooptadas pelo *status quo* dominante, antecipando, em termos muito próximos, aquilo que Bourdieu e Passeron trataram como “inculcação”, após o processo de violência simbólica produzido por um arbitrário cultural dominante (BOURDIEU; PASSERON, 1982).



A reforma universitária não era, para Álvaro Vieira Pinto, uma questão particular, mas elemento de um processo de mudanças sociais que vinculava a questão da universidade às demandas objetivas da classe trabalhadora em sua totalidade. É por esta posição política acerca da importância da totalidade da sociedade com base nos interesses da classe trabalhadora que o problema da universidade surge apenas como “um dos aspectos da transformação geral da sociedade brasileira” e, desse modo, seu tratamento:

[...] tem de ser simultânea e harmônica com as demais reformas exigidas pelo resto da sociedade, neste momento. Não pode ser desvinculada da reforma agrária, da reforma bancária, administrativa, urbana, etc., pois é o movimento geral de um mesmo processo histórico, são as mesmas forças contidas na totalidade da sociedade que as irão realizar a todas em conjunto (PINTO, 1994, p. 97).

Entre outras críticas, o filósofo brasileiro apontava que a universidade colabora fortemente para assegurar o comando ideológico da classe dominante, impossibilitando o acesso à formação superior a todos, cumprindo, assim, a incumbência de produzir os próprios esquemas intelectuais de dominação (PINTO, 1994, p.25). É possível afirmar, conjuntamente, que a percepção sobre a educação formal ocorria de maneira dualista, como pressupuseram, anos mais tarde, Baudelot e Establet (1986). É nestes termos que Álvaro Vieira Pinto vai demonstrando sua percepção da educação formal, em especial da universidade, como instituição a serviço da classe dominante, assegurando não apenas a necessária reprodução ideológica, mas a formação de força de trabalho exigida pela sociedade da época.

As questões da ideologia e da dominação de classe surgem na elaboração de Álvaro Vieira Pinto de modo bastante nítido. A descrição da universidade e da escola como ferramentas, mecanismos, dispositivos ou peças do controle social, que funcionam como meios de dominação ideológica para reprodução das relações de classe anteciparam a proposição althusseriana sobre os aparelhos ideológicos, ainda que o brasileiro não aplique terminologia idêntica. Álvaro Vieira Pinto (1994, p. 91) registra a expressão “aparelho de domínio social” para referir-se ao conjunto de relações e questões pelas quais se reproduz o poder da classe dominante no Brasil. O autor reafirma sua proposição de que a reforma na universidade só alcançaria consequência e relevância se, de fato, não deixasse intacta a totalidade da dominação.

A aproximação entre os dois autores, para além da proposta deste texto, possibilita uma breve nota biográfica sobre a formação de ambos. Ou seja, Álvaro Vieira Pinto estudou na Sorbonne durante o ano de 1949, retornando ao Brasil fortemente impressionado pelo ambiente acadêmico parisiense e, em especial, pelo marxismo. Ao passo que, apenas um ano antes, em 1948, Louis Althusser havia concluído o curso de Filosofia, pela Escola Normal Superior, de Paris. Também é nesse mesmo momento, na virada entre as décadas de 1940 para 1950, que ambos se afastam definitivamente de suas referências



católicas iniciais. Ainda que seja bastante improvável que tenha ocorrido algum contato entre Álvaro Vieira Pinto e Althusser, em termos amplos, parece correto afirmar que o filósofo brasileiro conviveu no mesmo ambiente intelectual em que se desenvolveu-se o suposto da reprodução alguns anos depois.

No contexto de formação do autor brasileiro, é demarcadora a importância da especificidade da sociedade brasileira, característica que implicou na antecipação crítica de sua reflexão sobre educação formal em seus limites de classe. Como citado anteriormente, a singularidade de país “atrasado” (PINTO, 2005, p. 45) despertou o autor para o quanto a ciência produzida no Brasil, por seu caráter ideológico, tinha como função de classe “ocultar os fundamentos sociais do vale de lágrimas” (PINTO, 2008) que representava a realidade nacional. E assim, percebia, inclusive nas universidades, sempre voltadas a corresponder ao eurocentrismo, “uma recusa às considerações diretas da realidade de um país subdesenvolvido” (PINTO, 2008, p. 33). Esse aspecto marcou fortemente sua crítica à universidade como “aparelho de domínio social”, assentado no interesse das classes dominantes.

Após seus estudos fora do Brasil, Álvaro Vieira Pinto retornou em 1950, recebendo convite, em 1955, para chefiar o Departamento de Filosofia do ISEB. É possível afirmar ser no Instituto que o autor passou a formular os trabalhos mais importantes para seu posicionamento intelectual crítico e materialista, relativamente à ideologia política que passará a defender (GONZATTO; MERKLE, 2016, p. 293). Nos anos de ISEB é lançado *Ideologia e Desenvolvimento Nacional; Consciência e Realidade Nacional; A questão da universidade; Por que os ricos não fazem greve?*; e o importante artigo, *indicações metodologias para a definição de subdesenvolvimento* (GONZATTO; MERKLE, 2016). Ou seja, o autor estava detidamente envolvido em entender os problemas reais vividos no país.

A questão da universidade versa sobre o caráter de classe da instituição, abordada por Álvaro Vieira Pinto dentro de totalidade brasileira de país subdesenvolvido que constitui a gênese do desenvolvimento econômico-social do país. Sua abordagem não trata a instituição como determinada à reprodução da sociedade pura e simplesmente, pois a compreende aberta à disputa interna das lutas de classes. Se comparado à proposta althusseriana, a universidade como AIE, dentro do quadro da educação formal, para Álvaro Vieira Pinto, é passível de contradição por ter em seu interior a classe proletária como agente político, algo que fica evidente em sua defesa da atuação política dos estudantes contra o corpo docente conservador que analisava na obra de 1961.

A discussão e a crítica apresentadas pelo autor brasileiro nos anos 1960, mostra-se ainda potente, dado o alto nível de controle sobre as instituições de ensino superior que se tornaram ainda mais agudas daqueles anos até os dias hoje. Algo percebido também em instituições fora do Brasil, pois como indica Phil Robinson-Self:



This can be seen as part of a broader structural and cultural shift in the organization and running of universities beginning in the 1980s, a shift which has involved a movement from integrated academic cultures of administration to executive management, from relatively flat organizational structures to increasingly hierarchical (ROBINSON-SELF, 2023, p. 3).

Fato que reforça e atualiza não apenas à formulação de Álvaro Vieira Pinto, mas também de Althusser, pois cada qual, ao seu modo, criticaram formas e práticas de controle “which traps both students and academics into serving and reproducing the interests of the state while at the same time preventing them from acting against it” (ROBINSON-SELF, 2023, p. 10).

Assim como Althusser indicou a existência de um conjunto de aparelhos ideológicos, Álvaro Vieira Pinto (1994), anos antes dos Teóricos da Reprodução, já apontava a necessidade de analisar “o restante do dispositivo de domínio da classe dominante” (PINTO, 1994, p. 25) dentro da totalidade em que este estava inserido. Tal pressuposto evidenciava, por parte do autor, a compreensão de que a dominação reproduzida pelo aparelho escolar não é única e, mais do que isso, se realiza de maneira articulada à totalidade da realidade brasileira, na qual diferentes dispositivos reforçam a dominação de classe no país.

Cabe registrar que Álvaro Vieira Pinto foi um, entre tantos, dos intelectuais perseguidos pela ditadura cívico-militar implantada no Brasil. Viveu anos exilado do país e sua elaboração teórica sucumbiu ao esquecimento ou desconhecimento para a maioria de nós. Além do silenciamento forçado pelo regime instalado em 1964, também foi vítima da própria instituição que criticara argutamente. Nas palavras do professor Nildo Ouriques (2015, p. 10), tendo sido reduzida a mero “instrumento de colonialismo mental, cultural e científico”, a Universidade brasileira não poupou a obra de Álvaro Vieira Pinto, relegando-o à condição de proscrito.

Tanto por sua densidade quanto pelo grau de originalidade na análise da questão da Universidade, o autor e sua obra merecem os esforços que vêm sendo realizados para resgatá-lo nas recentes décadas (GONZATO; MERKLE, 2016).

ÁLVARO VIEIRA PINTO E ALTHUSSER: APROXIMAÇÕES E CORRESPONDÊNCIAS

Álvaro Vieira Pinto, nas páginas de *A Questão da Universidade*, não explicitou sua concepção de ideologia. No entanto, tomando algumas passagens do texto, é possível identificar que o autor concebe a ideologia como “esquema intelectual de dominação” (PINTO, 1994, p. 25); composta e aplicada por instrumentos que “conturbam a consciência nacional” (PINTO, 1994, p. 35) e “não podem deixar de refletir a situação individual de quem os produz” (PINTO, 1994, p. 40), alienado, portanto, da situação concreta da realidade nacional. Por “esquema intelectual”, entende-se o caráter mental da existência das



ideologias no plano das ideias. Porém, Althusser (1980, p. 81), ao referir-se à materialidade da ideologia, trata-a como uma representação imaginária da relação estabelecida entre o sujeito e suas condições reais de existência. Antes de justificativa ou descrição, ideologia é prática e, de tal modo, como antevia Álvaro Vieira Pinto, o indivíduo (ou o sujeito) integra e revela-se na ideologia no limite em que esta é “a relação imaginária destes indivíduos, com as relações reais em que vivem” (ALTHUSSER, 1980, p. 82), portanto, refletindo a situação concreta dos sujeitos.

Segundo a elaboração de Álvaro Vieira Pinto (1994), a ideologia dominante age para encobrir “os aspectos da realidade que demonstram os malefícios da dominação” e, por fim, aniquilar “todas as ideias surgidas das massas” (PINTO, 1994, p. 41). Para aniquilar ideias vindas das massas, a ideologia reveste-se de uma relação imaginária estabelecida pelos sujeitos e suas relações reais, de modo que se impõe como prática, afinal, “uma ideologia existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas” (ALTHUSSER, 1980, p. 84). Tomada nestes termos, a ideologia possui existência material, que pode ser evidenciada e, portanto, como indica Álvaro Vieira Pinto, reflete a “situação individual”.

A elaboração althusseriana apresenta uma lista de aparelhos de Estado, já referidos acima. De modo bastante similar, Álvaro Vieira Pinto, em 1961, já indicava a coexistência de distintos dispositivos que agem “para assegurar o comando ideológico da classe dirigente” (PINTO, 1994, p. 25). Discutindo a questão da reforma universitária em 1961, o autor brasileiro indica a diversidade de instrumentos da classe dominante para garantir a reprodução do seu domínio.

Antes de ser cunhada a expressão AIE na obra althusseriana, Álvaro Vieira Pinto, explicou que o papel essencial das universidades, faculdades e escolas seria sempre “[...] tanto num caso como no outro, exprimirem os interesses da mesma classe dominante” (PINTO, 1994, p. 79). Afirma que a “[...] universidade é uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social” (PINTO, 1994, p. 19), demarcando, assim, o lugar estratégico de reprodução social da educação formal em todos os estágios (da Educação Básica ao Ensino Superior).

Se Althusser criou a expressão AIE de Informação, Álvaro Vieira Pinto (1994) quando remeteu os porta-vozes da reação às reformas de base no Brasil, destacando entre estes, os jornalistas (PINTO, 1994, p. 67) e o papel da imprensa como dispositivo da dominação (PINTO, 1994, p. 25) antecipou o tema de forma original. O “púlpito” aparece como ilustração de outro dispositivo de controle (PINTO, 1994, p. 25), podendo indicar antecipação aquilo que Althusser tratou como o AIE religioso ou, mais provavelmente, neste caso, configurando-se como uma menção ao aparato político, destacado instrumento de domínio consolidado no escopo das democracias contemporâneas.

Em Álvaro Vieira Pinto encontra-se a descrição de diferentes meios que reproduzem a dominação social imposta pelas elites, ou seja; pode-se dizer que o filósofo brasileiro identificou e



descreveu o funcionamento de alguns aparelhos ideológicos de Estado. Ainda que não tenha avançado na elaboração sistematizada de uma categoria analítica, como fez Althusser na década seguinte, os aparelhos ideológicos “estão presentes”, de forma antecipada, em Álvaro Vieira Pinto, como referências descritivas e analíticas.

A diferenciação entre os aparelhos de Estado que fazem uso da violência e os que funcionam de modo supostamente sutil foi apontada em Althusser (1980). Sem desconsiderar a complementaridade entre o uso da força e a inculcação ideológica, pela sinergia dos Aparelhos de Estado, o francês afirmou que os sujeitos:

[...] “andam sozinhos” na imensa maioria dos casos, com exceção dos “maus sujeitos”, que provocam a intervenção deste ou daquele destacamento de aparelho (repressivo) de Estado. Mas a imensa maioria dos (bons) sujeitos anda bem “sozinha”, isto é, pela ideologia (cujas formas concretas são realizadas nos Aparelhos Ideológicos de Estado) (ALTHUSSER, 1980, p. 112).

Álvaro Vieira Pinto (1994), uma década antes, escrevia sobre a luta do movimento estudantil diante de uma Universidade cuja função essencial era “[...] garantir a auto-reprodução da classe dominante” (PINTO, 1994, p. 32). Posta em questão pela massa estudantil, a classe dominante não titubeou e:

[...]para exorcizar esses maus espíritos, lança mão de dois recursos: a violência física e a propaganda ideológica. O primeiro consubstancia-se em atos de terrorismo como os recentemente ocorridos contra a sede da UNE, em agressões aos estudantes, proibições de seus encontros e manifestações públicas, mesmo aquelas de caráter cultural, como o teatro e o cinema; o segundo é mais sutil e a par do reforço para obter a penetração das ideologias específicas do grupo dirigente, recorre a certos lemas, que julga capazes de impressionar a consciência juvenil. (PINTO, 1994, p. 67).

Verifica-se a correspondência entre a descrição enfática de Álvaro Vieira Pinto e a elaboração teórica produzida por Althusser, anos depois. Os “maus sujeitos”, em Althusser, ou “esses maus espíritos”, citados por Álvaro Vieira Pinto, seriam indivíduos ou grupos sociais rebeldes e questionadores. Estes, em certa medida, colocam em cheque ou perigo a reprodução das relações estabelecidas no domínio das elites. O cotidiano da escola é terreno de disputas e conflitos “[...]where dominant class fractions try to reproduce their favored relations of production, attempting to maintain them over time, and working class fractions do just as much to accommodate, counter, and break through that dominance.” (BACKER, 2021, p. 5). Evidencia-se a relação entre o campo ideológico e a história efetiva (VIEDMA, 2022).

Nestes casos, quando os AIE falham, a violência funciona avidamente. Foi o que ocorreu no golpe realizado no Brasil em 1964, tendo, entre outras ações, sendo desenvolvida no período “a



ideologia da segurança nacional”, utilizada como “ferramenta essencial para o prolongamento das estruturas de Estado que visavam a facilitar o desenvolvimento do capitalismo associado-dependente” (ZECA, 2021, p. 157). Tal aspecto contribui com o bloqueio à reforma universitária desejada pelo autor brasileiro e movimentos populares, instituindo, pela força, a (contra)reforma universitária de 1968, aos moldes do modelo norte-americano (CUNHA, 1988, p. 18), mantido como padrão no país até os dias atuais.

Para Álvaro Vieira Pinto (1994), a universidade brasileira é “peça essencial da estrutura arcaica” e “desempenha, infelizmente, um papel de triste relevância” (PINTO, 1994, p. 16) na reprodução das forças sociais dominantes. Afirma ainda que a universidade - e por extensão a educação no Brasil - assume papel decisivo “no centro do dispositivo da dominação intelectual, e, portanto, da alienação imposta pela classe dirigente” (PINTO, 1994, p. 26).

É possível afirmar que o destaque da Universidade como peça importante para a reprodução da classe dominante no Brasil, descrito por Álvaro Vieira Pinto, antecipa a primazia do aparelho ideológico escolar dentre os Aparelhos de Estado que consolidam e reproduzem o domínio burguês na sociedade contemporânea. Althusser (1980, p. 60) afirma a preponderância do Aparelho Ideológico Escolar e sua centralidade diante do conjunto dos AIE nas formações capitalistas.

Althusser explicou a eficiência da educação nos esquemas de reprodução social, destacando que nenhum outro aparelho de Estado atuou pelo mesmo tempo e com a mesma intensidade do aparelho escolar. A escola concentra significativo “tempo da audiência obrigatória” da “totalidade das crianças da formação social capitalista” (ALTHUSSER, 1980 p. 66).

Na proposição althusseriana de uma teoria das ideologias em geral, restou exposta uma recorrente denegação da ideologia. Segundo Althusser (1980), o sujeito que estivesse na ideologia, em geral, definia-se como fora do espectro e da influência de determinada ideologia, desta forma, tem-se “[...] que a acusação de se estar na ideologia só é feita relativamente aos outros, e nunca relativamente ao próprio” (ALTHUSSER, 1980, p. 101). Antecipadamente, descrevendo o embate concreto na universidade brasileira, Álvaro Vieira Pinto (1994) asseverou que a universidade brasileira escamoteava suas relações com a totalidade, preferindo “[...] ser considerada como instituição isolada, existente por si ‘ainda que seja totalmente’ [...] falsa esta maneira de ver” (PINTO, 1994, p. 43). Pretendia omitir seu caráter ideológico buscando apresentar-se como instituição autônoma que:

[...] enquanto tal, não tem coloração ideológica, é socialmente neutra, não se ocupa senão das ciências e das artes. Nada tem a ver com os conflitos ideológicos e políticos que se desenrolam na comunidade. Não admite ser órgão político. Timbra em repetir com orgulho este estribilho, e logo chega à exaltação, que facilmente passa à irritação, quando se vê contestada neste ponto de honra. Não se faz mister grande acuidade para perceber que, na sociedade atual, a universidade, pelo seu simples suposto silêncio ideológico, já com isto demonstraria a sua natureza ideológica.



Como representa a ideologia da classe dominante, não precisa dizê-lo aberta e frequentemente, pois mais importante do que confessá-la é praticá-la (PINTO, 1994, p. 43).

Althusser (1980) apontou a suposta neutralidade ideológica da escola como elemento essencial para a reprodução da dominação burguesa e, por isso:

[...] Os mecanismos que reproduzem este resultado vital para o regime capitalista são naturalmente envolvidos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente reinante, visto que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como um meio neutro, desprovido de ideologia (ALTHUSSER, 1980, p. 67).

Levando em conta as duas obras aqui comparadas, há uma contribuição de Álvaro Vieira Pinto que não encontra eco ou similaridade no texto de Althusser. Trata-se da perspectiva do subdesenvolvimento e suas incidências e determinações sobre o aparelho ideológico escolar. Articulando essa distinção, nota-se uma vantagem analítico-descritiva para os enunciados de Álvaro Vieira Pinto, que identifica os dispositivos que agem para a manutenção do domínio de uma classe e, sabe-se por vários exemplos na História, que interesses de um Estado (nacional) e de determinada classe dominante, não necessariamente coincidem de modo integral. Reitera-se que o Estado sempre está nas mãos da classe dominante, e que tal domínio extrapola o controle eventual de uma estrutura de governo, pois ao nomear de Aparelhos Ideológicos de Estado os instrumentos de reprodução social, Althusser focaliza a questão do Estado, podendo remeter a leituras que alcancem apenas uma superfície da dominação estatal no eixo governamental ou administrativo. Mesmo que o próprio Althusser (1980, p. 45) indique a atuação e constituição dos AIE também na esfera do privado, resta aparente que as indicações de Álvaro Vieira Pinto, referindo-se ao domínio de classe, remetem a uma perscrutação analítica mais profunda. Apesar dessa diferença, pelo já exposto acima, tem-se evidentes e significativas aproximações entre estes dois autores.

Entende-se, por fim, que ambos autores concebem a ideologia como força operatória agindo na reprodução das relações dominantes em determinada formação social e é tomada em sua materialidade, constituída na experiência real e derivando em representações imaginárias. Da concretude em que opera e se constitui a ideologia, descreve-se uma variedade de dispositivos de domínio ou aparelhos de Estado e, dentre tal conjunto, um dispositivo destaca-se dos demais: o aparelho ideológico escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, apresentou-se a formulação althusseriana de AIE e identificou-se alguns elementos similares ou coincidentes nas formulações de Álvaro Vieira Pinto, em sua obra A Questão da



Universidade, escrita em 1961. Louis Althusser com sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, publicada em 1970, inaugura e fundamenta o que Saviani (2019) denominou como tendência crítico-reprodutivista. Já Álvaro Vieira Pinto, tematizando a Universidade brasileira no início dos anos 1960, teria antecipado, com refinamento e clareza, questões fulcrais presentes na formulação da sociologia da educação francesa que ganharia relevo apenas na década seguinte.

No interior da crítica dirigida pelo filósofo brasileiro à Universidade, importa destacar o reconhecimento dos limites da Reforma Universitária discutida naquele momento. Álvaro Vieira Pinto (1994), ao desvelar o funcionamento da universidade brasileira como um “instrumento importante, embora não o único” que atuava para “garantir a auto-reprodução da classe dominante” (PINTO, 1994, p. 32), compreendia que, para uma transformação real, seria necessário “mudar a natureza e a função da universidade” e isso somente seria possível “mudando as forças sociais que a manipulam” (PINTO, 1994, p. 72). O autor não desconsiderava nem desprezava as proposições e disputas por mudanças em aspectos pedagógicos e administrativos, mas alerta que a reforma universitária deve atingir e transformar a universidade na sua essência, para além de formalismos, cerimoniais, distinções ou da disputa por recursos financeiro ou do aprimoramento de prédios e equipamentos “pois tudo isto, agora se compreende, por mais útil que seja, é secundário” (PINTO, 1994, p. 15).

As perspectivas crítico-reprodutivistas estabelecem severas denúncias e críticas ao papel da escola e seu funcionamento. Da mesma forma, subentende-se que uma alteração radical da escola em nossa sociedade, exige um esforço que extrapola seus limites. Nesses termos, a denúncia da escola e dos sistemas educativos como ferramenta de reprodução do domínio de classe, não elimina a disputa ideológica no interior da educação formal. A escola mantém, em seu interior, os elementos do imprevisível, por que está posta na História, e não fora dela. O entendimento radical da função essencial realizada pela escola enquanto locus da reprodução das relações sociais, implica no desafio de transformar a escola indo além de parâmetros curriculares e listas programáticas, de didáticas e metodologias de ensino, da gestão administrativa e financeira, vinculando-a, como descreve Álvaro Vieira Pinto, às reais condições e necessidades da sociedade em questão.

Álvaro Vieira Pinto (1994), abordando a questão da universidade, entendia o aspecto reprodutivo da educação formal não como algo determinado pura e simplesmente, mas passível de mudança. O limite da reprodução dos interesses dominantes, no âmbito da universidade, estava, para o autor, nas contradições internas da sociedade de classes. É com base em tal pressuposto que reforçava a importância da ação política dos estudantes ser vinculada às demandas do conjunto da classe trabalhadora. Chamava atenção, logo, para o fato de, em país subdesenvolvido como o Brasil, onde “não estão asseguradas ao trabalho do povo condições humanas de exercício, o que fundamentalmente cabe



ao estudante é lutar por conquistar essas condições, para si e para todos os trabalhadores (PINTO, 1994, p. 68). Assim, transformar a educação e, por óbvio, as escolas, exige a compreensão e o enfrentamento de dimensões que atravessam e extrapolam o que se faz nos prédios escolares e nas instituições universitárias.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- BACKER, D. I. “History of the reproduction-resistance dichotomy in critical education: The line of critique against Louis Althusser, 1974-1985”. **Critical Education**, vol. 12, n. 6, 2021.
- BACKER, D. I. **Althusser and education: reassessing critical education**. Great Britain: Bloomsbury Publishing, 2022.
- BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R. **La Escuela Capitalista**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1986.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1982.
- CATANZARO, G.; ROMÉ, N. “Reproducción y lucha de clases. Bosquejo de una lectura althusseriana del neoliberalismo”. **Valenciana**, vol. 13, n. 27, 2021.
- CUNHA, L. A. **A Universidade Reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988.
- FERREIRA, L. S. “Discursos em análise na pesquisa em educação: concepções e materialidades”. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 25, 2020.
- GONZATTO, R. F.; MERKLE, L. E. “Vida e obra de Álvaro Vieira Pinto: um levantamento bibliográfico”. **Revista HISTEDBR**, n. 69, 2016.
- LOVATTO, A. **Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira** (Tese Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC-SP, 2010.
- MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2017.
- OURIQUES, N. **O Colapso do Figurino Francês: crítica às ciências sociais no Brasil**. Florianópolis: Editora Insular, 2015.
- PINTO, Á. V. **A questão da universidade**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.
- PINTO, Á. V. **A sociologia dos países subdesenvolvidos: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do “vale de lágrimas”**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008.
- PINTO, Á. V. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005.



REYNA, J. O. “Una conflictiva presencia: Louis Althusser en Colombia y Venezuela”. **Devenires**, vol. 20, n. 39, 2019.

ROBINSON-SELF, P. **A critical introduction to learning and teaching in Higher Education**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2023.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. Campinas: Editora Autores Associados, 1995

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Editora Autores Associados, 2019.

STEIMBERG, R. “Sobre la crítica al reproductivismo en educación. Escuela y Estado en el trabajo de Louis Althusser”. **Trabalho Social**, vol. 21, n. 34, 2020.

VIEDMA, C. “En torno a lo verdadero: retorno a Althusser, rodeo por Lacan”. **Tópicos: Revista de Filosofía de Santa Fe**, n.43, 2022.

WASSERMAN, C. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

YOUNG, M. “Para que servem as escolas?”. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 28, n. 101, 2007.

ZECA, B. G. “Análise historiográfica da “modernização autoritária e conservadora” e sua relação com a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 13, 2021.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 17 | Nº 50 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima